

MULHERES CAMPONESAS DE ITAPIRANGA E A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA

Adélia Maria Schmitz*

Resumo

O presente artigo apresenta a problemática vivida pelas mulheres camponesas, a complexidade que norteia suas relações sociais e principalmente a violência praticada contra elas. Procura-se, neste sentido, trabalhar as dimensões que envolvem o cotidiano das mulheres, história, vivências e práticas culminando com as consequências geradas por diversos fatores, entre os principais, o sistema patriarcal e machista como geradores da violência praticada contra as mulheres. A pesquisa foi realizada no município de Itapiranga, estado de Santa Catarina, considerada uma das colônias alemãs e católicas mais tradicionais de que se tem conhecimento no país, aspecto que influenciou na submissão feminina. Os dados foram coletados através da aplicação de questionário com 17 camponesas do interior do município, com faixa etária média de 53 anos, além de entrevistas e observação. Os principais objetivos deste trabalho são demonstrar quais são os aspectos relevantes e que geram violência contra as mulheres, buscando analisar a atitude destas diante da problemática, e conhecer as diferentes formas de violência que afetam esses sujeitos.

Palavras-chave: Enfrentamento à violência. Mulheres camponesas. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Itapiranga (SC).

* Militante e dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas desde 1991. Participou de lutas pelos direitos das mulheres, principalmente na saúde, e de diferentes congressos e conferências sobre direitos em vários estados do Brasil, como também no Chile, Equador e na Índia. Atualmente é Conselheira Estadual no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). E-mail: leti.mmc@hotmail.com

Introdução

A problemática vivida pelas mulheres camponesas, a complexidade que norteia suas relações sociais e, principalmente, a violência praticada contra as mulheres serão reflexões abordadas no decorrer deste artigo. Procuramos, neste sentido, trabalhar as dimensões que envolvem o cotidiano das mulheres, história, vivências e práticas culminando com as consequências geradas por diversos fatores, entre os principais, o sistema patriarcal e machista como geradores da violência praticada contra as mulheres.

A pesquisa foi realizada no município de Itapiranga, estado de Santa Catarina, considerada uma das colônias alemãs e católicas mais tradicionais de que se tem conhecimento no país, aspecto que influenciou na submissão feminina. Os dados foram coletados através da aplicação de questionário com 17 camponesas do interior do município, com faixa etária média de 53 anos, cuja maioria tem apenas o ensino fundamental.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: questionário, entrevista e observação. O questionário foi estruturado com perguntas objetivas e subjetivas e aplicado a 17 mulheres camponesas participantes e não participantes do Movimento de Mulheres Camponesas. Entre os questionários aplicados, três mulheres foram também entrevistadas, o que proporcionou o levantamento de importantes depoimentos sobre as situações de violência vividas por elas. Em relação à observação, esta se constituiu em um instrumento que possibilitou a análise da realidade das mulheres em diversos espaços, através do conhecimento empírico, bem como permitiu apreender as atitudes das mulheres durante a coleta.

Quanto à análise dos dados no âmbito quantitativo, as perguntas objetivas foram agrupadas de acordo com o número de respostas iguais correspondendo sempre a 100%, ou elencando fatores de maior e menor intensidade e ocorrência, culminando nos gráficos. Para a análise qualitativa as respostas subjetivas foram agrupadas conforme a proximidade das percepções.

Os principais objetivos desta pesquisa se constituíram em: demonstrar os aspectos relevantes e que geram violência contra as mulheres, buscando analisar a atitude destas diante da problemática; conhecer as diferentes formas de violência que afetam as mulheres camponesas do campo; entender por que o silêncio das mulheres sobre a questão; apresentar algumas propostas e sugestões de superação do problema.

Para tanto, o texto foi dividido em subitens tendo em vista um melhor aprofundamento da temática e suas particularidades. Primeiramente trazemos presente o contexto histórico do desenvolvimento do município de Itapiranga. Em seguida desenvolvemos de forma sintética a participação das mulheres em diferentes espaços. Ademais, segue com uma abordagem, a partir da pesquisa realizada, da vida das mulheres na tentativa de apontar alguns problemas que afetam o exercício de sua cidadania. A partir deste contexto, retratamos a problemática que norteia a discussão da violência contra as mulheres apresentando dados em torno do universo investigado. Por último, apresentamos algumas considerações, tendo em vista a identificação de possibilidades de contribuição à ampliação da discussão da temática apresentada.

Por fim, a questão principal que o trabalho pretende dialogar refere-se à necessidade de implementação de políticas e ações que efetivamente contribuam para a formação e emancipação das mulheres camponesas e, conseqüentemente, para uma prática social que venha contribuir para a construção de novas relações de gênero.

A formação de Itapiranga e a influência cultural e social na vida das mulheres do campo

Situar o leitor no universo de estudo é um aspecto fundamental para melhor compreender o objeto investigado, sua realidade e transformações. Assim, abordaremos num primeiro momento a localização e o contexto sócio-cultural e econômico do município de Itapiranga.

De acordo com dados de 2005, o município de Itapiranga contava com uma população aproximada de 15.200 habitantes, sendo cerca de 60% residentes no meio rural ¹. O município em questão localiza-se no extremo oeste catarinense e dista 170 km de Chapecó e 747 km da capital Florianópolis. A economia do município baseia-se na atividade agrícola formada por pequenas propriedades de agricultura familiar com forte sistema de integração especialmente na produção de aves, suínos e leite. A formação da comunidade itapiranguense teve início em 1926 e passou a incorporar imigrantes alemães, a maioria oriunda do Rio Grande do Sul², e alguns da Alemanha. Porto Novo como era chamado inicialmente Itapiranga, tratava-se de uma colonização de caráter extremamente conservador, uma das organizações

1 Dados oriundos da Secretaria Municipal da Saúde do município de Itapiranga, conforme cadastramento de 2005.
2 A maioria dos imigrantes alemães migrou de municípios gaúchos como: São Leopoldo, Salvador do Sul, Montenegro, Estrela, Venâncio, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Vera Cruz e Arroio do Meio, além de imigrantes de colônias velhas do litoral de Santa Catarina (EIDT, 1999).

3 Esta ideia era também partilhada em depoimentos de pessoas idosas que viveram o processo (EIDT, 1999).

4 Mesmo que esse fora o objetivo principal comandado pela Igreja, é importante clarear que havia também, intrinsecamente, o objetivo do Estado em colonizar essas regiões. Alguns autores afirmam que era para realizar o processo de defesa das fronteiras e outros ainda acreditam na ideia de branquear o Brasil. O que é certo é que a Lei de Terras criada em 1850 fixava a compra de terras como o único meio de aquisição destas. Antes da colonização de Itapiranga, as terras pertenciam à empresa Peperly Ltda. E, posteriormente, boa parte foi adquirida pela Volksverein

5 Jungblut trata a questão da formação agrária, além da predisposição cultural dos imigrantes em produzir de tudo, mas também as condições topográficas, uma vez que o relevo da região é praticamente todo acidentado o que exigia uma organização baseada na pequena propriedade com mão de obra numerosa e uso de força braçal e animal. (JUNGBLUT, 2000)

coletivas mais tradicionais de que se tem conhecimento no Brasil. “Kreutz, Rodhe e Roche enfocam a colonização de Porto Novo como uma das mais consistentes e fechadas do país. Totalmente sitiada por mata virgem, a maioria dos municípios vizinhos foi colonizada duas décadas após Porto Novo³” (EIDT, 1999, p. 15).

Os jesuítas foram os principais mentores do Projeto Porto Novo⁴, que intrinsecamente objetivava “[...] a ostentação dos antigos valores e incorporação de novos [...]” (EIDT, 1999).

Formou-se uma forte identidade cultural e religiosa na colonização de Porto Novo, pautada numa reafirmação eclesial e católica, num reordenamento espiritual e na consolidação da propriedade privada imbricadamente articulada em pequenas propriedades de policultura⁵ e sustentadas por uma religião de cunho agrário (EIDT, 1999, p. 19).

Eidt (1999) chamou de “determinismo divino” o total domínio dos jesuítas sobre a organização comunitária implantada em Itapiranga num caráter coletivo.

A ação social dos jesuítas visava a coordenação das atividades econômicas, culturais, recreativas e profissionais, promovendo tanto o setor ativo da sociedade como a fundação de novas colonizações, de caixas econômicas rurais, cooperativismo, melhoria da produção e de novas técnicas agrícolas. É muito elucidativo neste sentido a fundação de duas colonizações, a de Cerro Azul (RS) e Porto Novo (SC), promovidas diretamente pelos Jesuítas. Etnicamente e religiosamente homogêneas, com estrutura física de comunidades rurais em que 120-170 famílias de pequenos proprietários começaram uma história comum em torno de uma capela (igreja), e escola, teve-se a base física propícia para um plano desenvolvimento desta ampla rede de associações econômicas, culturais e recreativas. Estas duas colonizações são citadas com frequência na literatura teuto-brasileira como exemplo de organização e progresso. (KREUTZ, apud, EIDT, 1999, p. 20)

A maioria da população residia e trabalhava no meio rural, amparados pela organização comunitária, uma vez que o Estado se fazia pouco presente nas regiões colonizadas. Dessa forma, segundo Eidt (1999, p. 22), “formou-se uma identidade sócio-cultural (sic) e religiosa coletiva em todas as comunidades rurais de abrangência da colonização”. Nota-se que os jesuítas visavam à organização da paróquia que devia explicar e impor os deveres de cada sócio morador sempre sob a ótica e limites diante da

autoridade de Deus. Tudo deveria ser perfeitamente aceito e incorporado pelos moradores. Era assim, instituído o “aprovável” e não aprovável para toda a sociedade. Não obstante, em Itapiranga, as tradições religiosas criaram, em todas as comunidades, uma homogeneização, na organização, nas ações, nas obrigações, entre outros sempre ligados a um chefe e aos companheiros. A escola era um instrumento para manter essa estrutura organizativa considerada um prolongamento familiar.

Nas denominadas colônias velhas, a escola pública e de outras confissões religiosas já rivalizavam com as escolas paroquiais (assumidas pela comunidade). No entanto, no mesmo período, todo o modelo escolar do município de Itapiranga foi alicerçado no modelo já decadente nos municípios gaúchos. Dessa forma, o modelo escolar e comunitário, e a religião, de cunho agrário, com todas as imposições morais, foi uma cópia do que fora feito nos municípios de imigração alemã no século XIX e, anteriormente, na Alemanha (EIDT, 1999, p. 25).

Na verdade, o que ocorria é que quando a Igreja se sentia ameaçada com a entrada do modelo laico e as ideias liberais nas colônias velhas e, por conseguinte, o abandono das comunidades religiosas em virtude de oposição dentro da etnia de camponeses, citadinos, proletários, chefes de empresas e outros, a instituição levava parte da população para outro local onde ela pudesse reestruturar seu projeto. Por esse motivo é que a organização escolar, assim como organização baseada em comunidades agrárias, era considerada extremamente atrasada para a época (EIDT, 1999).

Desvinculada da estrutura do estado, a escola e a sociedade civil foram modeladas segundo o modelo da Igreja Católica e a ordem dos jesuítas (acentuada espiritualidade, disciplina rígida, obediência cega, condenação do mundo moderno e outros princípios). A educação escolar era vista como uma extensão familiar; a formação de um bom caráter justificava uma ação pedagógica severa e rígida a fim de encaminhar e manter os educandos na *verdade* e no *bem*. [...] o vigário até aprovava os castigos, a preocupação dele era que a religião fosse ensinada; que houvesse progresso e que a escola realmente funcionasse (EIDT, 1999, p.27-28).

Itapiranga, nos primeiros anos de colonização mantinha o modelo de escola comunitária sem intervenção do Estado. Ainda nas escolas, os filhos dos agricultores deviam aprender o ofício

dos pais, aprender a contar, medir terras e madeira, falar alemão e português, escrever, fazer negociações comerciais, técnicas de cultivo entre outros elementos essenciais para a atividade agrícola. Além dessas tarefas, o professor deveria formar moralmente as crianças, que, segundo Herbart (apud ARANHA, 1996, p. 161), significava “[...] educar sua vontade”; o professor era também catequista e tinha como função resolver problemas entre as famílias.

As mulheres tiveram tratamento diferenciado na educação. As famílias entendiam que elas não necessitavam tanto de formação escolar e, portanto, estimulavam menos as meninas. Quando havia um problema familiar, ou questão de saúde, as meninas eram obrigadas a ficar em casa para ajudar nas tarefas, cuidar dos irmãos entre outras necessidades. Assim, elas faltavam muitas aulas e, em havendo um problema mais grave, quem devia abandonar o estudo eram as meninas.

A dominação sobre as mulheres de Itapiranga, especialmente as mulheres da roça, foi tão ou mais prejudicial ao desenvolvimento delas como cidadãs como em quaisquer outros grupos sociais. A doutrina católica, extremamente conservadora, sobrecarregou a mulher como responsável pela “honra”, moral e ética da família. O excesso de responsabilidade e obediência tornou as mulheres extremamente submissas, impedindo, com isso, que elas se tornassem protagonistas de sua própria história. Para elas, tudo o que se referia à vida íntima era pecado. Ademais, foram educadas para serem boas mães e esposas, nunca negar nada ao marido e aceitar com carinho os filhos que Deus mandava. A boa esposa era a quietinha, trabalhadora que nunca reclamava, obedecia, trabalhava com dupla e até tripla jornada de trabalho; sofria em silêncio e só ia aonde o marido admitia; pedia licença para tudo, não participava da administração da propriedade e não tinha autonomia financeira. Era uma mera tarefeira porque tudo era decidido e coordenado pelo homem. As mulheres pouco ou quase nada participavam da vida fora da propriedade, pois apenas podiam frequentar a Igreja, visitar as vizinhas, sendo que as compras geralmente eram feitas pelos homens. Em parte, essa cultura ainda está presente nos dias de hoje, principalmente entre os casais mais idosos.

No dia a dia as mulheres cumpriam dupla e tripla jornada de trabalho, e pouco investimento era realizado para tornar as suas tarefas menos árduas, como comprar uma máquina de lavar roupa. Além disso, as famílias numerosas sugavam toda a energia

das mulheres, já que não tinham nenhum tempo livre, tendo de levantar, por diversas vezes durante a noite, já que normalmente havia crianças pequenas, ou pessoas doentes ou de idade.

A pouca participação nas decisões da propriedade resultavam da compreensão de que as mulheres não tinham conhecimento e, portanto, não opinavam. Entretanto, a vida das famílias do campo, das comunidades rurais e toda a sociedade sofreram fortes modificações, especialmente a partir da década de 80. O avanço do capitalismo no campo modificou a organização social e subordinou o trabalho de toda a família camponesa, especialmente em regiões de forte sistema de integração.

A partir desse período a comunidade itapiranguense passa a incorporar novos valores e formas de organização, reflexo da intensificação do sistema capitalista no país. O cenário produtivo, que havia sido construído até então com base no modelo de produção para a subsistência com a venda apenas do excedente, o trabalho na roça realizado de forma coletiva, com troca de serviços entre as famílias da comunidade e o espírito de solidariedade para com o próximo foram perdendo força e dando lugar a um novo modelo de organização produtiva, e conseqüentemente gerando um novo contexto social.

Muitos camponeses não conseguiram acompanhar o processo de industrialização, culminando na diferenciação entre as famílias proprietárias e não proprietárias. As indústrias apenas admitiam a inserção de camponeses que tivessem terras em seu nome, e mesmo esses não escaparam de serem excluídos.

Com o crescimento da produção, pois aumentava o consumo interno do país devido à crescente urbanização, as empresas cada vez mais exigiam dos camponeses o acompanhamento das inovações tecnológicas, tendo em vista o aumento da produção. Essa nova ordem produtiva provocou, no campo social, degradantes e profundas modificações. Muitos tiveram que sair de suas terras, ou passaram a vender sua força de trabalho na cidade, em centros urbanos maiores e até para outras propriedades rurais.

A participação das mulheres camponesas no espaço público e privado

Segundo Souza (2001), durante muito tempo, estudos sobre as mulheres estiveram ausentes na historiografia. Voltada ao silêncio da reprodução materna e na sombra da domesticidade, as

mulheres permaneceram à margem da sociedade. As representações sobre as mulheres encontradas na história não provêm delas, mas sim do olhar dos homens que governam a cidade, constroem a sua memória e geram os seus arquivos. Os registros sobre o que as mulheres fazem e dizem sempre passaram por um processo seletivo de quem estava no poder e, por ora, é possível afirmar que historicamente foram homens, e extremamente conservadores. Os princípios desses escritos descreviam, sobretudo, o papel da mulher, o que deviam e poderiam fazer: como amar, como ser útil, agradar o marido, honrar, cuidar, educar segundo as regras vigentes, consolar, tornar a vida do homem e da família agradável, como tantos outros atributos considerados “deveres femininos”.

Ficam claros, na construção histórica, quais deveriam ser os papéis femininos e masculinos. A diferenciação do espaço público do privado nos ajuda a compreender estes papéis. O espaço privado, considerado como um lugar de reprodução da vida da família é segundo Lisboa (2001, p. 120), o espaço inicial da socialização dos indivíduos, logo, papel feminino. Já o espaço público, ao longo da história, pertenceu aos homens possuidores de bens e aptos a tomarem decisões que afetam toda a sociedade. É no espaço público que inicia a discussão sobre a cidadania, sendo resultado de toda a luta pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais, direitos negados às mulheres por muito tempo.

Podemos perceber que em ambos os espaços as mulheres foram marginalizadas. No espaço privado, estavam subordinadas ao pai, ao irmão e posteriormente ao marido. No espaço público, sua participação era limitada já que eram consideradas incapazes de tomar qualquer decisão que envolvesse o conjunto da sociedade.

A pesquisa realizada com mulheres camponesas em Itapiranga demonstrou os dois aspectos de exclusão, embora com avanços. Segundo as mulheres camponesas entrevistadas, atualmente elas possuem maior participação nas decisões da família, contudo, ainda relacionadas a casa e à produção de alimentos.

Ao perguntamos às entrevistadas sobre quais aspectos elas têm maior contribuição e poder de decisão na propriedade, o resultado demonstra que há um avanço da participação das mulheres, pois 80% delas responderam que têm poder de decisão, contudo, essas decisões limitam-se, sobretudo, às compras mensais da casa e à produção de alimentos para a subsistência da família. Já quanto à produção agrícola, *commodities* e financiamentos bancários, por

exemplo, as mulheres até são consultadas, entretanto, a decisão final ainda está sob o controle masculino. De acordo com Pastore,

A participação da mulher nas decisões relacionadas à produção no meio rural ainda é muito restrita. Apesar de se envolverem diretamente em inúmeras tarefas do ciclo produtivo familiar, as agricultoras possuem uma influência relativamente pequena sobre as decisões que afetam a continuidade, muitas vezes, do empreendimento realizado pela família (PASTORE, 2003, p. 60).

Historicamente a realidade da mulher na agricultura familiar⁶, nas relações de trabalho, nos processos decisórios, no espaço público e privado, nos processos de herança, entre outros, sempre foi marcada pela existência de acentuadas relações patriarcais⁷. Paire ainda sobre as mulheres o papel de “ajudante” do marido agricultor, e apoiadoras na tomada de decisões do conjunto familiar. Isso quer dizer que elas atuam no sentido de complementaridade e não de participação ativa como protagonista. A mulher camponesa nunca, ou raras vezes, foi considerada como geradora de renda, uma vez que além de trabalhar na roça também desenvolvia atividades do “lar” ou “domésticas”. Essa dupla jornada e divisão do tempo, bem como a diversidade de tarefas, acabaram caracterizando seu trabalho como uma mera contribuição. Por muitas décadas isso culminou na exclusão de direitos previdenciários das mulheres, por exemplo. A realidade das camponesas é de trabalho na mesma medida ou mais que a dos homens, diferenciada, apenas, por terem seu dia dividido em diversas tarefas, justamente porque lhes é atribuída a função de educar os filhos, cozinhar, cuidar da casa, além do trabalho árduo na roça.

Com o montante de tarefas diárias as mulheres foram privadas das discussões mais amplas que norteiam a sociedade, dificultando a elas o exercício pleno de sua cidadania. As principais razões, segundo Pastore (2003), são a dupla jornada e a sobrecarga de trabalho da mulher trabalhadora rural e a maior facilidade dos homens saírem de casa, uma vez que possuem mais tempo livre, fato alegado por terem menos compromissos com o bem estar da família, ou seja, tarefas que ocupam as mulheres diariamente. Segundo Paulilo (2004), a distinção entre trabalho “pesado”, feito pelos homens, e trabalho “leve”, feito pelas mulheres, não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho

6 A agricultura familiar não é uma categoria social recente, pois ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e novo na sociologia rural. O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar ser uma estrutura produtiva associada a família-produção-trabalho, com consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. A agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade, sendo que a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação já indicada entre propriedade, trabalho e família

7 É a categoria que expressa uma formação social em que os homens têm domínio sobre a mulher e os filhos.

era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse.

O pouco envolvimento acarretou uma grande dependência das mulheres para com os membros masculinos do núcleo familiar. Muitas mulheres relataram que quando ficaram viúvas tiveram de recorrer ao pai, ao irmão ou ao filho mais velho porque não sabiam como agir, nem por onde dar continuidade aos negócios da família. Esse fato demonstra que as mulheres precisam se empoderar e capacitar sobre assuntos financeiros e de administração da propriedade. Situações como a de uma entrevista retratam bem esta questão: “entrei num banco a primeira vez na minha vida depois que meu marido faleceu, me senti totalmente perdida, não sabia nada dos negócios”.

Esta realidade de grande parte das camponesas que carecem de informações, e que por este motivo muitas vezes estão impedidas de participarem mais ativamente de discussões e decisões que afetam a sua vida, dificultam também, a superação da violência de gênero, pois se constituem em obstáculos à libertação de homens e mulheres.

Neste sentido, Muraro e Boff (2002) afirmam:

O drama da cultura patriarcal reside no fato de ela ter usurpado o princípio masculino somente para o homem, fazendo com que este se julgasse o único detentor da racionalidade, do mando e da construção da sociedade, relegando para a privacidade e para tarefas de dependência a mulher, não raro considerada um apêndice, objeto de adorno e de satisfação. Ao não integrar o feminino em si, o homem se enrijeceu e se desumanizou. Por outra parte, o patriarcado identificou o feminino com a mulher, impedindo-a de uma realização mais completa, com inserção do masculino e os seus valores no seu processo de personalização e socialização. Ambos se depauperaram antropológicamente e mutilaram a construção da figura do ser humano uno e diverso, recíproco e igualitário (MURARO e BOFF, 2002, p.76-77)

Embora ambos tenham assumido os papéis construídos culturalmente, Muraro e Boff (2002) ressaltam que as mulheres sofreram mais com a desproporcionalidade do domínio masculino. Elas, além de sofrerem com as disparidades de direitos e deveres entre homens e mulheres, acabaram naturalizando o domínio masculino sobre si mesmas, bem como reproduzindo esta cultura de gerações em gerações.

Entretanto, a desigualdade entre homens e mulheres vem sendo modificada, embora de forma lenta, já é possível observar alguns avanços resultantes de muitas lutas, indicando que as mulheres tanto do campo como da cidade estão se organizando e exigindo seus direitos. Os avanços que vêm ocorrendo resultam do fato de que parte da população rural feminina está inserida em inúmeras organizações de mulheres rurais⁸. Essas organizações e mobilizações vêm construindo maior consciência das mulheres e, conseqüentemente, contribuem para “diminuir” as desigualdades de gênero⁹, mas ainda permanece um longo caminho a ser percorrido entre os agricultores (as) para se estabelecer relações sociais e de gênero mais igualitárias e solidárias no campo.

Lançando um olhar sobre a violência contra as mulheres do campo

Abordar a violência contra as mulheres torna-se um papel difícil e delicado, especialmente quando tratamos de mulheres do campo, onde a construção histórica, cultural e a forte influência da religião, diminuíram a abertura das próprias mulheres de expressar, assumir e considerar seus sofrimentos cotidianos como uma violência. Essa dificuldade de dialogar sobre o problema é reflexo da preocupação recente da sociedade em tratar do assunto. A violência é um fenômeno antigo, porém silenciado ao longo da história. Tratado como algo “natural”, tem sido bastante banalizado e considerado sem importância. A Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher de 1993 define a violência contra a mulher como

Qualquer ato de violência com base no gênero, sexo, que resulta em, ou que é provável resultar em dano físico, sexual, mental ou sofrimento para a mulher, incluindo as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrida em público ou na vida particular.

A problemática da violência contra a mulher vem ganhando força nas discussões atuais e têm sido considerada como um problema social e uma questão de saúde pública. Estudos demonstram que os movimentos feministas foram os principais polemizadores da questão quando passaram a questionar a concepção de cidadania e de direitos humanos. Com isso muitas práticas passaram a ser vistas como formas de violência. Muitos

8 Movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores (as) rurais, cooperativas, entre outros.

9 Gênero é um conceito que surge como tentativa de explicar as desigualdades e as relações de opressão existentes entre homens e mulheres ao longo da história. Segundo Gebara (2001), gênero é um instrumento para entender as relações sociais e, particularmente, as relações sociais entre homens e mulheres. Falar de gênero não é falar de mulheres, mas de relações sociais entre homens e mulheres. Gênero não é igual mulher. Neste sentido, gênero se refere às relações entre mulheres e homens, estabelecidas pela cultura e que também se dão em forma de dominação de um sexo em relação ao outro.

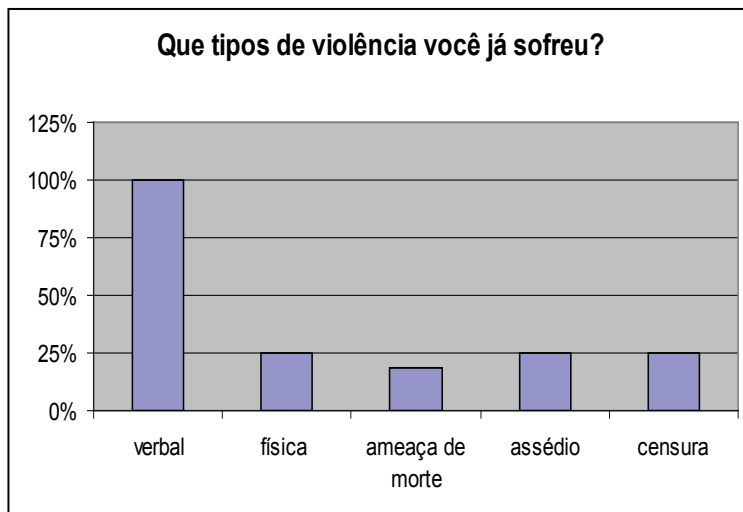
debates, conferências, seminários foram realizados para discutir a questão, contudo os efeitos na prática e na vida das mulheres são percebidos lentamente.

Um dos indícios de avanço da compreensão da sociedade sobre a violência praticada contra as mulheres está no estudo de Blay (2003), que realiza uma comparação entre as décadas de 1980 e 2000, quanto ao discurso utilizado pelos noticiários em torno desta problemática. Segundo Blay (2003), há uma clara tendência de mudança, uma vez que, até a década de 1980 as vítimas eram apresentadas como causadoras de sua própria morte, e havia um visível apoio aos assassinos, que seriam “levados” ao crime pela suposta conduta infiel da mulher, ou por ela querer romper um relacionamento. Já na última década do século XX o noticiário se tornou mais investigativo, relativamente neutro e com certa tendência a questionar julgamentos que facilitavam a fuga dos réus.

A atuação dos movimentos de mulheres têm sido importante para que mudanças neste aspecto e em outros possam acontecer. Comportamentos antes considerados “naturais” passaram a ser classificados como violência, por exemplo: impedir a mulher de trabalhar fora de casa, negar-lhe a possibilidade de sair só ou de ter amigas, impedi-la de escolher o tipo de roupa, impedir sua participação em atividades sociais, agressões domésticas ou desqualificação e humilhações privadas ou em público, relações sexuais forçadas dentro do casamento, entre outras. No Brasil, um marco na história do movimento foi a exigência do fim da impunidade aos criminosos que agiam “em nome da honra”. Mais recentemente, uma vitória dos movimentos sociais resultou na aprovação da Lei Maria da Penha.

Apesar de tais avanços, a violência contra as mulheres está ainda profundamente arraigada nos hábitos, costumes e comportamentos socioculturais, de tal forma que as próprias mulheres encontram dificuldade em romper com situações de violência, e em algumas situações, por acreditarem que seus companheiros têm o direito de puni-las, quando concordam que fizeram algo errado ou infringiram as normas por eles determinadas.

No caso das mulheres pesquisadas no município de Itapiranga, o resultado sobre quais tipos de violência elas já sofreram sugere que o assunto precisa continuar sendo amplamente discutido.

Gráfico 1 – Tipos de violências sofridas pelas mulheres pesquisadas

Fonte: elaborado pela autora (2013)

O gráfico revela que 100% das mulheres camponesas entrevistadas afirmaram que já sofreram violência verbal, 25% responderam que já sofreram violência física, 18,75% sofreram ameaça de morte, 25% já foram assediadas e 25% declararam terem sido censuradas.

Como podemos observar, a violência verbal é sentida por todas as mulheres. Também é fácil entender, pois “quem já não foi agredido” verbalmente alguma vez na vida? Difícil encontrar alguma pessoa que não tenha sofrido esse tipo de violência. Embora essa violência seja a mais praticada e também sentida pelos homens com maior intensidade no espaço público através de manifestações de pessoas desconhecidas, quando direcionada às mulheres do campo essa violência é praticada geralmente por pessoas da família que acabam humilhando a vítima. Frases como “sua burra”, “sua relaxada” são comuns de serem lançadas às mulheres pelo seu próprio companheiro. A violência física, ameaça de morte, a censura e o assédio, embora menos explicitadas, são de fato praticadas, entretanto, são pouco denunciadas pelas próprias mulheres que não recorrem à ajuda de órgãos competentes e dificilmente socializam a situação por fatores relacionados a medo, insegurança, vergonha, entre outros. Segundo a pesquisa, os fatores que mais inibem ações contra o agressor estão relacionados ao medo com 80% das respostas, a insegurança financeira com

70% das respostas, seguido da vergonha alcançando 60% das respostas e o medo de prejudicar os filhos (as).

Este quadro sinaliza que as mulheres não tomam atitudes porque a ação do seu agressor ainda é mais forte que a reação das mulheres em libertar-se. O medo caracteriza que o homem ainda utiliza meios de coerção como a agressão para inibir as atitudes das mulheres. A insegurança financeira é reflexo da baixa independência e autonomia econômica que as mulheres têm, como já trabalhamos no item anterior. A vergonha e o pensamento voltado aos filhos (as) indicam que as mulheres, por imposição de questões de ordem moral, ainda se sentem responsáveis pela educação dos mesmos e por “zelar” pelo bom relacionamento familiar perante a sociedade. A ideologia dominante masculina também recai sobre a vida sexual, sendo esta violência considerada como a que predomina sobre as mulheres, porém camuflada na vida conjugal. Das mulheres pesquisadas, a maioria teve dificuldade de conversar sobre o assunto, mostrando-se intimidadas, embora 100% delas declararam que “a vida sexual do casal é boa”. Todavia, quando perguntamos se dialogavam sobre o assunto, 80% responderam que não. Sobre esse aspecto retomamos, mais uma vez, a influência da igreja na formação dos casais. Relatos de homens e mulheres confirmam que o sexo, na educação que receberam, deveria ser praticado apenas para a procriação, porque o prazer feminino era considerado pela igreja, na época, como pecado. Diante da influência desses valores, constata-se que as mulheres entrevistadas de fato não se sentem confortáveis em falar sobre o assunto, nem mesmo quando não precisam expressar verbalmente.

Para além dos aspectos anteriormente identificados, é preciso ressaltar que a violência contra as mulheres do campo assume várias formas. O campo historicamente foi considerado como meio de trabalho para pessoas que não possuíam aptidão ao estudo, além de ser vinculado ao trabalho sujo, entre tantos outros sinônimos atribuídos às pessoas e ao trabalho do campo.

A pesquisa apresenta que 70% das mulheres já sentiram, em algum momento, vergonha de ser do campo, enquanto 30% afirmam nunca terem sentido. Esse sentimento das mulheres é caracterizado por uma violência psicológica mais amenizada, porém carregada de preconceitos sobre o próprio trabalho na roça. De acordo com o estudo, as mulheres do campo, sobre alguns aspectos, sentem-se inferiores às mulheres da cidade. O trabalho

penoso da roça deixa as mulheres “menos femininas”, conforme colocaram as próprias entrevistadas. Uma das mulheres afirma: “o pior dia pra mim é o dia que eu tenho que ir pra cidade”, o que nos mostra o sentimento de diferenciação que as mulheres do campo têm por não conseguirem se expressar como gostariam, de se vestir como gostariam e não ter uma postura “considerada feminina”. Para melhor entender esse aspecto, reportamo-nos aos fatores sociais e históricos que diferenciaram campo e cidade, a partir da construção dicotômica entre urbano/rural, conforme explica Silva (2002):

A dicotomia urbano/rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou que a ele se opunham na Europa do século XVII, e não propriamente um corte geográfico. É, a partir daí, que o “urbano” passou a ser identificado como o “novo” com o “progresso” capitalista das fábricas; e os rurais ou a “classe dos proprietários rurais” como o “velho” [...] como “atraso”. (SILVA, 2002, p. 3)

Essa ideia ainda persiste nas representações sociais, conforme pudemos identificar em nossa pesquisa. O meio rural é ainda identificado, pelo senso comum, como sinônimo de “atrasado” e, por conseguinte, as pessoas que ali vivem também o são. Já a cidade seria sinônimo de “progresso”, e as pessoas dali obviamente são consideradas “mais instruídas e informadas”.

Embora as mulheres sofram violência de gênero, temos que salientar que a sociedade toda é atingida pela violência, como é o caso da violência de classe, abordada acima. A violência, nesse caso, se dá sobre um grupo social, na medida em que a categoria camponesa não sofre apenas a violência psicológica ou moral, mas a subordinação e a exploração no aspecto macro das relações sociais e econômicas, ou seja, uma violência de classe.

Considerações finais

No campo as relações de gênero são bastante desiguais devido ao forte conservadorismo ainda presente nas famílias e na cultura rural, principalmente ligado às questões religiosas e de origem étnica, como é o caso pesquisado, constituindo valores patriarcais que mantêm e reproduzem a figura masculina como superior.

A análise sobre as relações de gênero na agricultura nos remete a uma importante discussão sobre o papel culturalmente atribuído

à mulher, como mãe e esposa “responsabilizada” pelas atividades domésticas, em contraposição à ideia de “ajudante” nas atividades produtivas, muitas vezes compreendidas como prolongamento das atividades domésticas.

A pouca participação na esfera pública e, de certa forma, no espaço privado, também foram situações que dificultaram o maior envolvimento das mulheres, ausentando a participação feminina nas tomadas de decisões. Naturalizou-se a ideia de que o homem é o representante e “chefe” da família, conseqüentemente, é quem cuida dos “negócios” da família, e a representa em espaços organizativos, como sindicatos, associações, cooperativas e outros. Acoplada a essas questões, a violência tem sua origem ideológica enraizada num sistema patriarcal e machista que explora e oprime gerações e gêneros. São inúmeras as conseqüências provocadas por uma ordem de cunho desumanizado e que parece ganhar força. As diversas violências que as mulheres sofrem refletem as dificuldades que a sociedade possui em romper com estes padrões. A violência se apresenta na vida das mulheres como conseqüência e também como causa. Ora é reflexo de uma estrutura econômica, cultural, social e machista que historicamente as oprimiu, ora é causa de mais sofrimento e submissão que as impedem de viver e ser protagonistas de sua própria história.

A violência praticada contra as mulheres parece invisível para a sociedade e se perpetua muitas vezes pela concordância naturalizada, de que “este é o jeito da vida, jeito das coisas”, e que não há como, porque, ou por onde mudar e romper com isto. A prática da violência é transmitida corriqueiramente, sem que seja nomeada, nos lares, nas ruas e principalmente nas instituições formais, resultando na ausência diálogo e de ações que possam minimizar ou mesmo romper com tais violências. O entendimento de que a violência contra as mulheres faz parte da “ordem da vida” gera um mundo estático de permanente reprodução destas relações, que, sutilmente, vão deixando suas marcas de naturalização a cada repetição.

É neste sentido que a mulher, que vive tal violência, se constitui na propulsora do rompimento desse ciclo. Por esse motivo é que as mulheres precisam tornar-se protagonistas para que ocorram mudanças estruturais de caráter social, cultural e econômico. O debate do feminismo nos remete para a necessidade da politização acerca da desconstrução do patriarcado e a compreensão de que tanto a esfera privada quanto a pública são igualmente espaços políticos.

As mulheres precisam agir e compreender que os outros não farão por elas, elas precisam fazer por si, nos mais diversos e diferenciados espaços e assim, contribuir com a libertação de mulheres e homens. Ora, se em uma sociedade de classes existem dominantes e dominados, onde os dominantes são os donos dos meios de produção e dominados os que asseguram a produção, é mister que os dominantes tentem, sempre mais, garantir esta estrutura porque os beneficia. Mas, à medida que os dominados tomam consciência de que são oprimidos, marginalizados, conforme salienta Freire (1987), essa organização já não é mais tão fácil de ser mantida, ou pelo menos exige adaptações. A afirmação de Freire é válida para a questão da violência. Obviamente, como o autor tão bem coloca, é preciso operar mudanças no sistema vigente, entretanto, para que isso ocorra, as mulheres têm que assumir a construção de sua própria história porque o rompimento com as desigualdades é um processo lento, na medida em que remete a transformações culturais.

Diante deste contexto, verificou-se que mesmo com a ampliação da participação das mulheres em diferentes espaços, isso não significa, necessariamente, que tenha ocorrido uma mudança substancial nas relações de gênero, principalmente no âmbito familiar, na medida em que a maioria das entrevistadas ainda assume uma postura de se calar quando agredidas.

Inúmeros avanços são percebidos e resultam, especialmente, das diversas ações desenvolvidas pelas organizações de mulheres rurais. Suas atividades vêm oportunizando maior consciência das mulheres e, conseqüentemente, têm diminuído as desigualdades, mas ainda permanece um longo caminho aberto a ser percorrido entre mulheres e homens para que se estabeleçam relações mais igualitárias e solidárias no campo.

Entre os aspectos que consideramos fundamentais para que se avance neste aspecto de forma mais ampla, destacam-se: a formulação e execução de políticas públicas que de fato amparem e proporcionem mudanças na vida das mulheres vítimas de violência no meio rural; a difusão da Lei Maria da Penha informando às mulheres sobre seus direitos e garantindo a punição dos agressores; a ampliação do acesso à informação das mulheres do campo quanto aos seus direitos, mas também no sentido de formar mulheres conscientes do seu papel na sociedade; o maior envolvimento do Estado no tratamento da temática e criação de mecanismos que facilitem a denúncia, mas que também deem

suporte a ações posteriores, como garantir profissionais preparados para o atendimento e acompanhamento das mulheres vitimadas; e, finalmente, um dos principais desafios é tornar a educação um instrumento de formação de novos homens e mulheres, livres de preconceitos de gênero.

Para finalizar essas considerações é oportuno ressaltar que a eliminação da violência e a efetiva participação das mulheres em diferentes esferas sociais e públicas são aspectos fundamentais para a construção e o desenvolvimento de uma nação justa, igualitária e plural.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **Filosofia da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, dez 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago 2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI, possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999, 128 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: 17ª ed., Paz e Terra, 1987.

GEBARA, Ivone. **Cultura e relações de Gênero**. São Paulo: SEDES SAPIENTIAE, 2002.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste, SC: Arco Íris Gráfica & Editora, 2000, 630 p: il.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e Etnia trajetória de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n.12, p. 229-252, jan-abril 2004.

PASTORE, Elenice. **Relações de gênero na agricultura ecológica**: Um estudo de caso na Região Serrana do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado), UFRGS, Porto Alegre, 2003.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. rev. Campinas: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 2002. 151 p.

SOUZA, Raquel Costa de. **A violência contra a Mulher**. 2001. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/487/A-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 15 set. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG, outubro 1996. Disponível em: <http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

PEASANT WOMEN FROM ITAPIRANGA AND VIOLENCE INVISIBILITY

Abstract

This paper presents a problem lived by peasant women, the complexity of their social relationships and, mainly, the violence practiced against them. It is meant to deal with the dimensions that involve the women's routine, history, experiences and practices culminating with the consequences generated by many factors mainly the patriarchal and chauvinist system which triggers violence against women. The research took place in the city of Itapiranga, state of Santa Catarina, considered as the most traditional and catholic German colony known in the country, aspect that has influenced female submission. The data were collected through some questions applied to 17 peasants from the rural side of the city, aged 53, besides it was made interviews and observation. The main aim of this work is to reveal which are the relevant aspects that generate violence against women, trying to analyze the attitude of them towards the problematic and also know the different forms of violence that affect these subjects.

Keywords: Facing Violence. Peasant Women. Peasant Women Movement (MMC). Itapiranga (SC).